

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

DECISÃO ADMINISTRATVA

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 003/2022 (LICITACON № 004/2022)

Trata-se de proposta de parceria para repasse de valores em favor de entidade sem fins lucrativos, através de Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público para fins de celebração de <u>TERMO DE FOMENTO</u> com CONSELHO COMUNITÁRIO PROSEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DO OURO - CONSEPRO, CNPJ n.º 90.837.9321/0001-31, com sede na Avenida Laurindo Centenaro, nº 843, nesta cidade.

Verificam-se razões pelas quais mostra-se inviável deflagrar Edital de Chamamento Público para fins de escolha de OSC, visando a finalidade específica de aplicação no custeio da manutenção das viaturas do 4º GRUPO DE POLÍCIA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO, objetivando a melhoria da prestação dos serviços na área da segurança ambiental na circunscrição do Município, mediante a apresentação de Plano de Trabalho a ser aprovado pelo município.

Considerando que a segurança pública é função da União, dos Estados e com auxílio dos Município e que o CONSELHO COMUNITÁRIO PROSEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DO OURO - CONSEPRO, foi criado com a finalidade de auxiliar a segurança conforme as necessidades de cada Setor: Brigada Militar e Polícia Civil, encontrando-se em pleno e regular funcionamento desde o ano de 1980 no município, desenvolvendo os fins previstos em seu estatuto, de forma voluntária e eficiente.

Há interesse público para a celebração da parceria, pela evidente da necessidade da manutenção e melhoria da prestação de serviços pelo 4º GRUPO DE POLÍCIA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO, na área da segurança ambiental neste município.

Notória a inexistência de outra OSC do gênero em funcionamento no Município de São José do Ouro, não vislumbrando razões que pudessem justificar a deflagração do chamamento público, ante à evidente inviabilidade de competição.

Ante o exposto, por restar presentes os requisitos legais, DECLARO INEXIGÍVEL o CHAMENTO PÚBLICO para fins de formalização de parceria com CONSELHO COMUNITÁRIO PROSEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DO OURO - CONSEPRO, nos termos da Lei 13.019/2014, regulamentada no âmbito do Município de São José do Ouro, através do Decreto n° 009/2017.



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Publique-se a presente Decisão Administrativa e a justificativa acerca da inexigibilidade do chamamento público, no sitio do Município de São José do Ouro.

Decorrido o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis de que trata o art. 32, da Lei Federal 13019/2014, em não havendo impugnações, autorizo a celebração do Termo de Fomento.

Designe-se, mediante Portaria, Gestor, bem como a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Parceria (art. 2º, incisos, VI e XI, da Lei Federal 13.019/2014).

Por fim, remeta-se o Processo Administrativo para a Secretaria Geral de Administração, para fins de cumprimento das disposições contidas no Termo de Fomento, para o repasse dos valores, bem como a adoção das providências referentes à prestação de contas.

São José do Ouro, RS, 10 de maio de 2022

Antonio José Bianchin PREFEITO MUNICIPAL